

Albano Franco: emenda negociável

por Vera Saavedra Durão
do Rio

Após a rejeição da Emenda Dante de Oliveira no Congresso, os empresários defendem uma "negociação já", entre governo e oposição, para que se consolide definitivamente a democracia no País, pois o que mais anseiam é estabilidade política. A base deste entendimento amplo é a emenda enviada pelo presidente Figueiredo ao Congresso, "negociável em todos os níveis", conforme avaliação do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, que conversou com o ministro Leitão de Abreu, na quarta-feira.

Apesar de pregarem a negociação, os representantes da indústria estão reagindo contra a solução de um mandato-tampão de dois anos, pois o prazo é muito curto para promover a estabilidade política e a renegociação da dívida externa, que, na opinião de Franco, "é o nosso problema crucial".

Ontem, antes da reunião de diretoria da CNI, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho, manifestou-se politicamente a favor de uma negociação onde haja "concessão de ambas as partes, pois, caso contrário, as consequências serão as piores para a sociedade brasileira". Já Arthur João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), considerou que "o resultado da votação da Emenda Dante de Oliveira propicia que a proposta do governo sirva de base a um entendimento capaz de levar o País às eleições diretas". Laerte Setúbal, presidente da Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB), avaliou a rejeição da Emenda Dante de Oliveira como "uma derrota honrosa. O clamor popular sensibilizou os verdadeiros políticos. Sou e sempre fui pelas diretas já e acho que esta bandeira deve continuar a ser levantada pela

oposição até haver negociação com o governo".

Albano Franco, Laerte Setúbal, Arthur João Donato e Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho têm restrições ao mandato-tampão de dois anos, mas, no caso do presidente da FIESP, "se o mandato-tampão for fruto de uma negociação e vier mediante um acordo e se for um governo com apoio político de toda a sociedade, terá condições de tocar a economia". Franco prega um "governo de transição, com um presidente ligado ao PDS, que é o partido majoritário, e que promova a conciliação nacional que o Brasil necessita e deseja". Donato, porém, colocou-se contra o "tampão", pois acha que

tal solução apenas aumentaria a ansiedade e a expectativa do povo brasileiro. "É preciso aproveitar este momento, em torno da Emenda Figueiredo, para partir para uma negociação final que restabeleça a democracia neste país e pronto", disse o presidente da Firjan. Setúbal também se declarou contrário ao "tampão", pois "reduz a força da autoridade do presidente da República e não dá nem para esquentar o lugar". "Do ponto de vista econômico", frisou o presidente da AEB, "este mandato é inviável."